

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)4 abr 2017 | O Globo | Marlima@bsb.oglobo.com.br

Procurador alerta que lei do abuso pode punir senadores

Representantes do MPF e da magistratura debateram projeto em comissão do Senado

MARIA LIMA

-BRASÍLIA- Na primeira audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado para debater o projeto de crime de abuso de autoridade, representantes de entidades jurídicas e de magistrados disseram que o texto do relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) é uma tentativa de "calar" o Ministério Público e intimidar agentes do Estado. E alertaram que o artigo que cria o crime de interpretação, caso seja aprovado, vai configurar "flagrante" inconstitucionalidade. O autor da proposta é o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), investigado pela Operação Lava-Jato.

Entre os críticos da proposta estava o subprocurador-geral da República, Nívio de Freitas Silva Filho. O procurador José Robalinho Cavalcanti, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), explicou, a título de exemplo, que, se o parecer de Requião for aprovado como está, os senadores poderiam ser punidos por manter os direitos políticos da presidente cassada Dilma Rousseff.

— Pela Constituição, de forma clara, o afastamento dos direitos políticos da ex-presidente Dilma seria claramente obrigatório. Mas vossas excelências interpretaram e entenderam o contrário. Se o projeto do senador Requião fosse aprovado como está, qualquer um dos senhores senadores poderia ser processado porque contrariou a literalidade da lei — exemplificou Robalinho.

Nem o autor nem o relator do projeto de abuso de autoridade, Renan e Requião, participaram da audiência. Os convites foram feitos na sexta-feira, no início da noite, e, com isso, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o exministro Ayres Britto e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes não compareceram.

Apesar do esvaziamento da audiência, os representantes de entidades ligadas ao MP e à magistratura saíram confiantes que Requião irá acolher algumas das sugestões encaminhadas pelo procurador-geral. Ele defende que um agente público não poderá ser punido se houver divergência de interpretação de uma lei ou na avaliação de fatos ou provas, desde que apresente motivos para isso.

— Saímos mais otimistas. Havia notícia que o parecer do senador Requião poderia ser votado nessa quarta-feira. Se não vai, isso nos tranquiliza mais, cria a expectativa de que as nossas propostas serão analisadas pelos senadores — disse Jaime Martins, presidente da Associação dos Magistrados do Brasil.

— Não estamos trabalhando a toque de caixa. Quando a CCJ votar, aprovando ou não, o processo irá para a Mesa e um longo prazo se abrirá para a votação em plenário. Estão querendo estigmatizar o projeto. Mas isso não é realidade, é pura fantasia — disse o presidente da CCJ, senador Edison Lobão.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)